



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 222/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

UNIDADE: Conselho Estadual de Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre normas e entendimento do Conselho quanto a escolas mantidas pela APAE. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 222/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Conselho Estadual de Educação, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre normas e entendimento do Conselho quanto a escolas mantidas pela APAE.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não se tratando de pedido com base na Lei federal nº 12.527, 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), o ente indicou onde a consulta deveria ser realizada. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o referido Conselho Estadual de Educação atendeu corretamente a demanda ao indicar para o interessado onde encontrar a informação requerida.
4. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "*a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato*". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. À vista do exposto, considerando-se que o ente atendeu adequadamente ao pedido de informação do requerente, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, III e § 4º, c/c **artigo 22 da Lei nº 12.527/2011**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, 16 de maio de 2012.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado